

Reformas Neoliberais na América Latina

Rafael Vaz da Motta Brandão¹

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar um balanço das reformas neoliberais na América Latina. Na primeira seção, identificamos algumas das principais interpretações e características do neoliberalismo. Em seguida, discutimos as medidas propostas pelo Consenso de Washington para os países latino-americanos. Na terceira seção, analisamos o caso chileno, considerado o “laboratório” das reformas neoliberais na região, ainda na década de 1970. Por fim, apresentamos a implantação das reformas neoliberais na América Latina, em particular, os casos da Bolívia, México, Venezuela, Peru e Argentina.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Consenso de Washington; América Latina.

Abstract: This article intends to accomplish a general balance of neoliberal reforms in Latin America. In the first part, we introduce some of the principal interpretations and characteristics of neoliberalism. Subsequently we discuss the measures proposed by the Washington Consensus to the Latin American countries. During the third part we analyze the Chilean case, considered the laboratory of the neoliberal reforms during the seventies. Finally, we present the implementation of neoliberal reforms in Latin America, in particular, the cases of Bolivia, Mexico, Venezuela, Peru and Argentina.

Key-words: Neoliberalism; Washington Consensus; Latin America.

Introdução

O período relativo ao final da Segunda Guerra Mundial e que se estende até, pelo menos, o início da década de 1970, foi marcado pela expansão tecnológica e pelo incremento da produção industrial, sobretudo da indústria do aço e de automóveis, além de outros bens de consumo duráveis. Esse momento foi marcado pela configuração de uma forma específica de Estado, que se caracterizava pelo intervencionismo econômico e pelo atendimento de determinados direitos básicos dos trabalhadores (educação, saúde, assistência e previdência social), além da política de pleno emprego e redistribuição da renda, que permitia a

¹ Professor visitante do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP). E-mail: rafabrandao@uol.com.br.

reprodução intensiva do capital e, ao mesmo tempo, inibia maiores reivindicações da classe trabalhadora.

No início da década de 1960, o esgotamento do modelo fordista de produção evidenciava a incapacidade do modelo keynesiano diante das “contradições inerentes do capitalismo” (HARVEY, 1996, p. 135). A conjuntura de crise que abriria as portas para o neoliberalismo foi ocasionada pelo fracasso das formas de regulação estatal, que se materializava, segundo David Harvey, pela “rigidez dos compromissos do Estado, rigidez nos mercados [...] e a flexível política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante [...] necessário para manter a economia estável” (HARVEY, 1989, p. 135).

De acordo com Robert Brenner, este momento é resultante da crise estrutural do próprio sistema capitalista, manifestada pela tendência decrescente da taxa de lucro, uma vez que a mesma “tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional” (BRENNER, 2003, p. 12).

Assim, a partir da tentativa do capital pela recomposição da taxa de lucro, tem-se o início de todo um processo de reorganização do regime de acumulação capitalista e de seu sistema ideológico e político de dominação tendo, como objetivo, a destruição de todo o mecanismo de regulação estatal que vigorou desde o segundo pós-guerra (POGGI, 2012, p. 180).

François Chesnais defende a perspectiva de que, desde o início da década de oitenta, o capitalismo vive sob um novo regime de acumulação, caracterizado pela valorização do capital portador de juros, no qual as políticas de liberalização dos fluxos de capital, de desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e das relações de trabalho, e de privatizações aparecem como elementos centrais na engrenagem desta nova fase do sistema, marcada pela mundialização do capital. Por mundialização do capital, devemos entender o quadro político-institucional no qual se configurou, desde o início da década de 1980, um novo regime de acumulação, em decorrência da implantação das medidas neoliberais, adotadas, primeiramente, pelos governos dos países centrais, como os EUA, no governo Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, sob o governo Margareth Thatcher, e que depois se intensificaram em quase todo o planeta.

Os traços mais marcantes deste novo regime de acumulação capitalista, na esfera macroeconômica apontados pelo autor são: 1) taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países como o Japão, que servira durante muitos anos de "locomotiva" para o resto do mundo; 2) sobrevalorização da moeda em relação a mercadorias e serviços; 3)

conjuntura econômica internacional instável, marcada por sobressaltos monetários e financeiros, como as crises asiática (1997), russa (1998), brasileira (1999), argentina (2001) e a crise surgida a partir da bolha no mercado imobiliário norte-americano em 2008 e que ganharia dimensões muito maiores, cujos efeitos estão sendo observados até o momento presente; 4) elevado nível de desemprego estrutural; 5) colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema internacional de trocas, como é o caso da quase totalidade do continente africano e de uma parcela significativa da Ásia e da América Latina; 6) aumento dos índices de pobreza e de miséria em todo o mundo, inclusive entre os países desenvolvidos; 7) acirramento da concorrência internacional entre as grandes potências da tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão), geradora de sérios conflitos comerciais. Contudo, explica-nos Chesnais, "esses elementos não podem ser considerados como uma simples adição de fenômenos isolados. Devem ser abordados como um todo, partindo da hipótese de que poderiam constituir um sistema" (CHESNAIS, 1997, p. 20).

O Consenso de Washington e a agenda neoliberal para a América Latina

Após a afirmação da hegemonia neoliberal nos EUA e na Europa Ocidental (Grã-Bretanha, Alemanha, Dinamarca) e em países do capitalismo avançado de outras regiões do mundo (Nova Zelândia, Austrália), em um primeiro momento, e do Leste Europeu (Rússia, Polônia, República Tcheca), em uma segunda etapa, a América Latina, na década de 1990, converteu-se no terceiro grande espaço de implantação do neoliberalismo.

Em 1989, em um seminário organizado pelo *Institute of International Economics*, sediado em Washington, reuniram-se diversos economistas latino-americanos, funcionários do FMI, do Banco Mundial, além de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro, "*Latin America adjustment: how much has happened?*", visava discutir as reformas necessárias para que a América Latina superasse a chamada "década perdida", marcada pela hiperinflação, recessão e pelo forte endividamento externo, para que, assim, retomasse o caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Embora tivesse, a princípio, um caráter acadêmico, o seminário permitiu a elaboração de um conjunto de medidas que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos financeiros internacionais. A esse conjunto de medidas deu-se o nome de Consenso de Washington. Basicamente, tais medidas faziam parte de um amplo conjunto de reformas neoliberais,

centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização do fluxo de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e - fundamentalmente - na reforma do Estado nos diferentes países latino-americanos. Para Perry Anderson, o Consenso de Washington representou “a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em diversos países” (ANDERSON, 1995, p. 7).

As conclusões decorrentes do encontro em Washington podem ser assim sintetizadas:

- 1- Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, buscando eliminar o déficit público e estabelecendo um superávit primário para o pagamento da dívida externa;
- 2- Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico;
- 3- Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária (elevação dos impostos);
- 4- Liberalização financeira, com a eliminação das restrições que impedem as instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com instituições nacionais nos mercados locais, além do afastamento do Estado do setor financeiro e do estabelecimento de taxas de juros reais positivas direcionadas para o mercado;
- 5- Taxa de câmbio competitiva, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais;
- 6- Abertura do comércio exterior, com a redução das alíquotas de importação para a inserção em uma “economia globalizada”;
- 7- Eliminação das restrições ao capital estrangeiro, permitindo, assim, a entrada de capitais sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED);
- 8- Privatização, com a transferência de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro);
- 9- Desregulação da economia, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10- Direito à propriedade intelectual.

Essas medidas, contudo, não eram novas e já haviam sido praticadas, em maior ou menor grau, pelos governos militares na Argentina, Uruguai e, sobretudo, no Chile (MONIZ BANDEIRA, 2002, p. 136). Nesse último país, o neoliberalismo teve o seu início em 1973, quando um golpe de Estado derrubou o governo democrático do socialista Salvador Allende, resultando em uma das mais brutais ditaduras latino-americanas, sob o comando do general Augusto Pinochet (SADER, 1984).

Chile: o “laboratório” neoliberal durante a ditadura Pinochet

O governo Allende impulsionou a reforma agrária chilena, acelerando a expropriação de terras e a reforma agrária, com a concessão de crédito aos pequenos produtores. Seu

governo foi ainda responsável pela nacionalização de riquezas minerais, como o cobre, estatizando diversas companhias de mineração. A nacionalização das grandes minas de cobre recebeu forte apoio, inclusive, parlamentar (HALPERIN, 2005, p. 624). O processo de estatização alcançaria, ainda, empresas de outros setores, como o bancário, têxtil, telefonia e alimentos (LIRA, 2010, p. 3-4). Assim, as medidas adotadas buscavam dar suporte a uma política econômica pautada pela elevação dos salários da classe trabalhadora e pelo consequente aumento de seu poder de compra, pela expansão do crédito e crescimento dos gastos públicos, além da expansão do emprego com a contratação de funcionários para as empresas estatais.

Porém, a política de aumento da demanda agregada levou a uma aceleração da inflação. Entre 1971 e 1972, o nível de preços passou de 22% para 163% (LIRA, 2010, p. 4). O governo passou, então, a instituir um sistema de controle de preços e a restringir as importações, priorizando gêneros alimentícios, insumos industriais e combustíveis, a fim de procurar conter a escalada inflacionária. Por outro lado, a política de nacionalização do governo Allende levou a um afastamento do capital estrangeiro e a dificuldades de obtenção de empréstimos no exterior.

O descontrole inflacionário e a retração do PIB (-12% em 1972) resultaram em diversas greves e manifestações, acirrando a luta de classes. Assim, em 11 de setembro de 1973, tanques do Exército e aviões da Força Aérea chilena iniciaram um bombardeio ao Palácio La Moneda, sede do governo, levando ao suicídio de Allende. A partir de então, o Chile passou a ser o “laboratório” para a aplicação da ortodoxia neoliberal.

O principal documento da política econômica do novo governo, intitulado *El Ladrillo*, continha os mais importantes fundamentos daquilo que seria chamado posteriormente de neoliberalismo, antecipando o Chile em quase uma década em relação à política adotada por Thatcher no Reino Unido. Seus principais formuladores eram jovens economistas, a grande maioria professores do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile e que realizaram estudos de pós-graduação na universidade de Chicago, sofrendo forte influência do pensamento de Milton Friedman e que, ao regressarem ao Chile, ficariam conhecidos como “*Chicago boys*” (VALDÉS, 1995).

O programa de reformas apontou para configurar uma economia de livre mercado, no qual os agentes privados assumiriam a direção do processo de desenvolvimento. Entre as principais reformas, destacavam-se: 1) eliminação dos controles de preços; 2) abertura indiscriminada para as importações; 3) liberalização do mercado financeiro, seguida de uma ampla liberalização dos fluxos internacionais de capitais; 4) redução do tamanho do setor

público, com a privatização de diversas empresas estatais, além da privatização do sistema de saúde e de previdência; 5) devolução aos antigos proprietários de empresas e terras expropriadas; 6) desarticulação dos movimentos sindicais e partidos de esquerda; 7) reforma tributária que reduziu fortemente a participação dos impostos diretos e de maior progressão (VALDÉS, 1995, p. 35-36).

Sem dúvida, umas das mais drásticas medidas de implantação do neoliberalismo no Chile durante a ditadura de Pinochet correspondem às privatizações. Este processo deve se deu em três fases distintas. A primeira delas corresponde ao período 1973/1975, e foi marcada pela devolução das empresas nacionalizadas durante o governo Allende aos antigos proprietários. A segunda fase, entre 1975/1982, relaciona-se à venda através da CORFO (*Corporación de Fomento de La Producción*)², da participação do governo chileno em 135 empresas (nove delas como sócio majoritário) e em 16 bancos comerciais. E, finalmente, a terceira fase, entre 1982/1989, que se refere à privatização das empresas públicas dos chamados setores estratégicos (saúde, educação, seguridade social, transporte, telecomunicações e etc.). No seu conjunto, no período entre 1973 e 1990, um total de 725 empresas pertencentes à CORFO foram privatizadas, entre elas, o *Banco de Chile* e a *Empresa Nacional de Electricidad Sociedad Anónima* – ENDESA (SEGUEL, 2008, p. 5-6).

O desfecho do processo de implantação do neoliberalismo no Chile foi desastroso. Em 1982, o desemprego superou 30%, os salários reais se reduziram drasticamente a ponto de que, naquele ano, seus valores foram inferiores aos de 1970. O PIB caiu 14% e a produção industrial diminuiu 23% (SEGUEL, 2008, p. 5).

Assim, se compararmos as reformas neoliberais realizadas no Chile com os ajustes nas economias latino-americanas, sem dúvida a mais importante características que o distingue é o seu caráter extemporâneo, uma vez que o restante da América Latina só passou por esse processo a partir de meados da década de 1980, quando as medidas de ajuste de caráter neoliberal, emanadas pelos organismos financeiros internacionais (FMI, BID e Banco Mundial) e depois pelo consenso de Washington, dominaram o cenário político e econômico da região e passaram a ser adotadas por determinados governos: Victor Paz Estenssoro (Bolívia), Carlos Salinas (México), Carlos Andrés Perez (Venezuela), Alberto Fujimori (Peru) e Carlos Menem (Argentina).

² A CORFO - *Corporación de Fomento de La Producción* foi fundada em 1939 durante o governo de Pedro Aguirre Cerda, com o objeto de impulsionar a industrialização chilena e a recuperação do país após um grande terremoto na região de Chillán, ocorrida naquele ano. Durante a ditadura de Pinochet, a CORFO se desvirtuou de seus objetivos iniciais e se tornou uma das principais agências de apoio ao projeto privatista do governo.

As reformas neoliberais na Bolívia, México, Venezuela, Peru e Argentina

As reformas neoliberais na Bolívia tiveram o seu início em 1985 – ainda, portanto, anterior ao Consenso de Washington – com a vitória eleitoral de Victor Paz Estenssoro, depois de mais de vinte anos de ditadura militar. Logo no início de seu governo, Estenssoro lançou um pacote de reformas econômicas estruturais denominado Nova Política Econômica. A NPE seria o programa na qual se pautariam as reformas neoliberais neste país, estruturado em torno de três pontos principais: 1) a contenção da hiperinflação; 2) a liberalização interna e externa do mercado boliviano; 3) a diminuição do setor público na economia através das privatizações de empresas estatais (CHAVEZ, 1991, p. 8). Tinha, portanto, um conteúdo neoliberal muito claro, produzindo uma abrupta ruptura com o modelo de desenvolvimento que surgiu na Bolívia desde os anos cinquenta. Desta forma, mais do que um programa de estabilização e de reformas estruturais, a NPE deve compreendida como um projeto político.

Dentre as políticas contidas no plano, dois aspectos foram de graves consequências para as classes trabalhadoras. O primeiro diz respeito ao processo de privatização da maior e mais importante empresa estatal de mineração boliviana, a *Corporación Minera de Bolivia* (COMIBOL), antecedido por uma política de saneamento que levou ao fechamento de maior parte de suas minas e à demissão de mais de 20 mil funcionários (ROCHA, 2007, p. 29). O segundo aspecto da NPE, de grande impacto para os movimentos sociais bolivianos, refere-se à flexibilização das relações de trabalho, resultando na sua precarização, a partir de contratos temporários e da terceirização dos serviços, além da intensificação do desemprego (CEPAL, 2004, p. 137).

A liberalização do mercado e a abertura comercial trouxeram sérios problemas para o já restrito aparelho produtivo boliviano. O setor industrial, com o fim das medidas protecionistas, não aguentou a concorrência estrangeira e, diante disso, os empresários passaram a reduzir os custos trabalhistas, aumentando a precarização do trabalho e o desemprego. A economia camponesa, também foi severamente afetada pela abertura econômica que se seguiu na Bolívia a partir do neoliberalismo, levando a quebra de diversos setores e ao aumento dos preços.

O rápido êxito no combate à hiperinflação deu ao governo de Estenssoro a possibilidade da continuidade das reformas neoliberais. Em 1989, Estenssoro deixou o governo e em seu lugar assumiu Jaime Paz Zamora (1989-1993). Proveniente da esquerda, Zamora, no entanto, revigorou o conteúdo neoliberal da NPE, cuja preocupação central já não

mais seria a hiperinflação, mas sim as privatizações e a abertura econômica ao capital estrangeiro.

A NPE foi aprofundada nos governos seguintes. Após a venda da COMIBOL – iniciada nos anos 80 com Estenssoro – e de outros setores importantes no governo Zamora, no primeiro governo de Gonzalo Sánchez Lozada (1993-1997), a política de privatizações chegaria ao setor de hidrocarbonetos, cuja exploração ficaria nas mãos de empresas estrangeiras. Foram vendidas, nesse período, 50% do capital de importantes empresas estatais como a *Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), a *Empresa Nacional de Telecomunicaciones* (ENTEL), o *Lloyd Aero Boliviano* (LAB) e a *Empresa Nacional de Ferrocarriles* (ENFC). Ainda no governo Sánchez Lozada foram estabelecidos acordos com os Estados Unidos para a erradicação do plantio da folha de coca, principal fonte de renda de pequenos produtores na Bolívia, o que contribuiu, ainda mais, para a desestruturação da economia camponesa e indígena boliviana (VARGAS, 2004).

O balanço das reformas neoliberais na Bolívia foi um verdadeiro fracasso. O fim da estabilidade do emprego levou a demissão de milhares de funcionários públicos. A política de privatizações promoveria uma onda de desemprego sem precedentes. No campo, a estrutura familiar camponesa e de origem indígena também seria destruída pelo avanço do neoliberalismo, em um dos países mais pobres da América Latina.

Após a experiência boliviana, iniciada em 1985, outros governos latino-americanos foram seduzidos pelo discurso neoliberal e passaram a aplicar políticas de ajustes em seus respectivos países.

No México, a implantação do modelo neoliberal tem o seu início com o governo de Miguel de La Madrid (1982-1988), quando podemos perceber, ainda que de forma discreta, uma redução nas formas de intervenção econômica do Estado. Contudo, é somente com o governo Carlos Salinas (1988-1994), que o neoliberalismo é aprofundado, tornando o México o primeiro país latino-americano a aplicar em sua economia o modelo recomendado pelo consenso de Washington. A partir de então, assiste-se a uma maior atuação das forças do livre do mercado, traduzida na redução dos gastos e investimentos sociais realizados pelo Estado e na privatização de um grande número de empresas públicas (especialmente dos setores bancário, de telefonia e de aviação), cujo dinheiro foi utilizado quase que exclusivamente para o pagamento da dívida pública. Até o ano de 1993, o governo mexicano já havia vendido cerca de 80% de suas indústrias e empresas a investidores privados (incluindo grupos estrangeiros), totalizando cerca de 21 bilhões de pesos mexicanos (FILHO, 2007, p. 8).

Nas eleições de 1988, o então candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o economista Carlos Salinas de Gortari, derrotou Cuauhtémoc Cardenas, candidato da Frente Democrático Nacional. Salinas, que fora ministro do Planejamento do governo La Madrid, o precursor do ajuste neoliberal no México, assumiu o poder ainda sob os efeitos da crise da dívida externa de 1982. Durante seu governo, renegociou a dívida externa mexicana num montante equivalente a US\$ 53 bilhões, privatizou dezenas de estatais, realizou intensos cortes nos gastos públicos (especialmente em setores como transporte, educação e saúde), promoveu uma liberalização do comércio exterior (com graves consequências para a balança comercial) e uma abertura econômica que permitiria tanto a entrada de capitais na forma de IED quanto na forma de capital especulativo, mais tarde responsável pela crise de 1994. Além disso, aproximou-se dos EUA, preparando caminho para o ingresso mexicano no NAFTA e diminuiu sensivelmente a inflação no país através da sobrevalorização do câmbio e de uma política de arrocho salarial. De acordo com Antonio Santos Filho a implantação do neoliberalismo no México, com o governo Salinas, “fez-se de modo tão ‘competente’ que o país foi aceito, em 1994, membro da OCDE, uma união de potências ricas, ou seja, um clube para países do primeiro mundo – ainda hoje, é único país latino americano a participar desse seleto clube” (FILHO, 2007, p. 6).

Carlos Salinas revogou, ainda, o artigo 27 da Constituição, que mantinha a existência da pequena propriedade, conhecida como *ejido*. Esse modelo de propriedade comunal foi estabelecido após a Revolução de 1910 e era a base sobre a qual se apoiava a produção do pequeno camponês no México. A partir dessa decisão, não haveria mais limites para a expansão em larga escala da grande propriedade latifundiária no país.

Uma das mais importantes medidas adotadas por Salinas, já salientada, foi a entrada do México no NAFTA, que juntamente com EUA e o Canadá, formariam, na época, a maior zona de livre comércio do mundo. O NAFTA estabelecia uma eliminação tarifária progressiva, de forma que, após dez anos do início do tratado, as barreiras comerciais deixariam de existir. Salinas iniciou as negociações para a entrada no bloco em 1987, quando ainda era ministro do Planejamento do governo La Madrid.

É importante destacar que este acordo não beneficiaria de maneira igualitária os três países envolvidos no tratado (EUA, Canadá e México). Os EUA são favorecidos, até hoje, pela utilização da mão-de-obra mexicana, mais barata, e pelos incentivos fiscais para a instalação de indústrias no México. Por sua vez, o aumento de imigrantes mexicanos em território norte-americano, buscando melhores condições de emprego e maior remuneração, tem aumentado as tensões na fronteira entre os dois países. Para os pequenos produtores

mexicanos, a abolição das barreiras alfandegárias decorrentes da assinatura do tratado foram extremamente danosas. O acordo retirou o protecionismo sobre os preços do café, prejudicando a região de Chiapas, de maioria indígena e uma das mais pobres do México.

O modelo neoliberal adotado por Salinas e elogiado internacionalmente levaria à quebra do México em 20 dezembro de 1994³, já sob a presidência de Ernesto Zedillo. Quatro dias antes, US\$ 3 bilhões de dólares haviam deixado o país.

No governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), economista de formação tal como o seu antecessor, Carlos Salinas, o projeto de desmonte do Estado mexicano teve prosseguimento com a privatização de empresas públicas nos setores de transporte (ferrovias, portos e aeroportos), telecomunicações, energia elétrica e petroquímica.

Na virada da década de 1980 para os anos 90, também a Venezuela seria palco das reformas neoliberais. Com o restabelecimento da democracia formal a partir de 1958, os venezuelanos, ao contrário da maioria de seus vizinhos, que caíram em ditaduras militares, gozaram de um amplo período democrático, com eleições regulares e alternância partidária no poder (CÍCERO, 2010). O Estado venezuelano passou a ser o detentor do monopólio sobre a extração do petróleo, assumindo o controle no processo de desenvolvimento econômico e social. Como consequência do elevado acúmulo de capital gerado pela crise energética de 1973 – resultante da elevação dos preços do petróleo pela OPEP – que aumentaria o seu preço em quase 400%, a grave crise que afetaria parte dos países da América Latina já no início da década de 1970, chegaria à Venezuela com relativo atraso.

A decretação da moratória da dívida externa e a vitória de Carlos Andrés Perez para ocupar o Palácio de Miraflores em 1989 são dois importantes para a compreensão da transição da Venezuela ao modelo neoliberal. As orientações preconizadas pelo FMI para a economia venezuelana obrigariam Carlos Perez a retroceder das promessas de conteúdo nacionalistas realizadas durante sua campanha eleitoral. Duas semanas após tomar posse como presidente, Carlos Perez, anunciou o VIII Plano da Nação, um amplo programa de ajustes macroeconômicos, que alteraria profundamente o modelo de desenvolvimento nacional construído na Venezuela até então.

Os principais pontos do programa de austeridade fiscal e ajuste econômico do governo Carlos Perez, denominado *El Gran Viraje*, incluíam: 1) restrição do gasto fiscal e também dos níveis de salário; 2) regime cambial flutuante; 3) aumento das taxas de juros e eliminação do

³ O México não foi a única vítima do capital especulativo possibilitado pela liberalização e desregulação da economia a partir da adoção do modelo neoliberal. Outros países que seguiram este modelo também quebraram: Tailândia e Indonésia (1997-1998), Rússia (1998), Brasil (1999), Turquia (2001) e Argentina (2002).

crédito com taxas preferenciais para a agricultura; 4) redução do controle de preços; 5) redução dos subsídios estatais; 6) criação de um imposto sobre vendas; 7) reajuste nas tarifas de bens e serviços públicos, incluindo os preços dos produtos derivados do petróleo (como a gasolina) no mercado interno; 8) abertura comercial, com a liberalização das importações; 9) suspensão das restrições às transações internacionais, inclusive investimento estrangeiro e remessa de lucros para o exterior; 10) privatização dos serviços de coleta de lixo e distribuição de água (SIMÕES, 2012).

Através dessas orientações, os objetivos da Grande Virada eram a diminuição do peso do Estado na economia venezuelana, a redução da dependência econômica em relação ao petróleo e a abertura econômica visando a sua inserção no mercado internacional globalizado. Contudo, o mais importante ponto da agenda neoliberal de Carlos Perez dizia respeito ao início do processo de abertura da exploração e do comércio do petróleo ao capital privado⁴.

Os dados quantitativos da Grande Virada apontam para uma forte recessão: o PIB decaiu 8,7% em 1989, o índice de inflação, que era de 29,49% em 1988, subiu para 84,46% no ano seguinte. A taxa de desemprego também aumentou consideravelmente no período, passando de 6,9% em 1988, para 9,6% em 1989, o que representou um total de aproximadamente 200 mil trabalhadores venezuelanos desempregados no intervalo de apenas um ano (CÍCERO, 2010, p. 143).

Se os resultados do pacote de ajuste ortodoxo da Grande Virada, no campo macroeconômico, não se mostraram satisfatórios, no campo social os resultados foram ainda piores, desencadeando uma das mais contundentes revoltas populares na história venezuelana e uma das maiores resistências contra o neoliberalismo no mundo, antecipando os famosos protestos de Seattle em uma década. Dentre os episódios mais expressivos, podemos apontar o *Caracazo*⁵, de fevereiro/março de 1989, e as fracassadas tentativas de golpes de Estado

⁴ De acordo com Pedro Henrique Cícero, “a intenção não era privatizar a PDVSA, o que seria um imenso contrassenso, uma vez que fora exatamente Carlos Andrés Perez o presidente responsável pela nacionalização da empresa em 1976. O que se propugnava era a facilitação para o ingresso de investimentos estrangeiros nas variadas atividades produtivas relacionadas ao combustível. Além disso, buscava-se, paulatinamente, a desregulamentação do setor para fins de diminuição da carga tributária e do repasso de royalties ao Estado” (CÍCERO, 2010, p. 143).

⁵ O *Caracazo*, o primeiro levante popular contra o capitalismo neoliberal no mundo, teve o seu início em 27 de fevereiro de 1989, quando trabalhadores e estudantes iniciaram um protesto contra o aumento de 100% do preço da gasolina e de 30% nas tarifas de transporte público, tomando o terminal rodoviário da cidade de Guarenas, localizada a 15 km de Caracas. No dia seguinte, quando os protestos avançaram para a capital e cidades do interior, como La Guaira, Maracay, Valencia, Barquisimeto, Mérida e Ciudad Guayana, o presidente Carlos Perez decretou estado de sítio em todo o território venezuelano, suspendendo os direitos constitucionais e dando início a uma brutal repressão, cujo número oficial de mortos chegou a 396 pessoas. Porém, o número de mortos e feridos foi muito superior ao que fora divulgado pelo governo, podendo ter chegado aos milhares, inclusive com execuções sumárias de pessoas que estavam nas ruas após o toque de recolher decretado pelo presidente.

pelas Forças Armadas através do Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MRB-200) em 1992, que desencadeariam uma crise política sem precedentes, cujo desfecho seria destituição de Carlos Pérez em 1993 e a formação de um governo interino. Após o afastamento de Carlos Perez, um governo de emergência chefiado por Ramón Velásquez foi formado para cumprir o restante do mandato constitucional. No final de 1993, eleições foram convocadas, dando a vitória para Rafael Caldera que, pela segunda vez, era eleito presidente da Venezuela.

A campanha eleitoral de Rafael Caldera caminhou no sentido de um afastamento do discurso e das ações que caracterizaram o governo Carlos Perez. Na *Carta de Intención al Pueblo de Venezuela*, redigida pouco antes das eleições, comprometeu-se a evitar novas privatizações, a renegociar a dívida externa e de não pedir um novo empréstimo ao FMI.

Ao tomar posse, Caldera anunciaria um programa de estabilização e recuperação econômica que serviria como transição entre o sistema neoliberal herdado do governo Carlos Perez e um novo modelo de desenvolvimento. De fato, durante os dois primeiros anos de governo, Caldera adotou uma série de medidas em desacordo com as políticas defendidas pelo Consenso de Washington, como o controle sobre o câmbio, os preços e as taxas de juros, além de conter o aumento do preço dos combustíveis. Tal política, porém, levaria a um grande descontentamento do empresariado venezuelano.

As críticas do empresariado local desestabilizariam politicamente o governo Caldera que enfrentaria, ainda, uma grave crise no sistema bancário-financeiro, reflexo do chamado “efeito tequila”, que colapsou a economia mexicana em 1994. Assim, para evitar uma quebra bancária, o governo recorreu a empréstimos estrangeiros e fundos de créditos nacionais. Em apenas um ano, 12% do total do PIB, algo em torno de US\$ 5,6 bilhões, foram consumidos para evitar a bancarrota de dez bancos (CÍCERO, 2010, p. 147).

Após recorrer a mais um auxílio do FMI, em 1996, o governo Caldera anunciaria um novo pacote de ajustes macroeconômicos, nomeado de *Agenda Venezuela*, que daria continuidade ao modelo neoliberal proposto por Carlos Perez.

As principais medidas de cunho neoliberal, tomadas a partir de abril de 1996, instituídas com a *Agenda Venezuela* foram: 1) aumento do preço da gasolina e dos demais derivados de petróleo no mercado interno; 2) liberalização das tarifas (aumento) dos serviços públicos; 3) liberação do sistema de controle do câmbio, com a desvalorização do bolívar; 4) aumento das taxas de juros; 5) privatização de empresas públicas; 6) liberação de todos os controles de preços, permanecendo controlados apenas os preços de cinco artigos essenciais da cesta básica de alimentos do venezuelano; 7) criação de um fundo de proteção ao sistema

bancário; 8) início da discussão para as reformas do sistema de benefícios sociais; 9) reforma tributária, com o objetivo de aumentar a arrecadação interna e, com isso, minimizar o déficit público; 10) reforma e flexibilização da legislação trabalhista (LANDER, 2006, p. 58).

Outra importante modificação instituída pela *Agenda Venezuela* diz respeito aos programas petroleiros, chamados de *apertura petrolera*, que instituiu um programa agressivo de transferência das atividades econômicas ligadas ao petróleo (prospecção, refino e comercialização) do setor público para o setor privado. Após a aprovação das linhas mestras da abertura do setor petrolero pelo Congresso venezuelano, oito contratos já haviam sido assinados, em 1996, com empresas estrangeiras para a exploração do petróleo no país (CÍCERO, 2010, p. 149). Durante o governo Caldera foi defendida a tese, pela própria diretoria da PDVSA, de que os preços internacionais do petróleo deviam ser fixados pelas leis de mercado, sem interferência dos governos dos países produtores e dos países consumidores.

Em suma, os resultados obtidos pelo governo Caldera atestavam, mais uma vez, o fracasso da tentativa de aplicação do modelo neoliberal na Venezuela: o desemprego e a pobreza mantiveram a tendência ascendente (48,33% de domicílios estavam abaixo da linha de pobreza e 27,66% encontravam-se em situação de pobreza extrema), a desregulação e a abertura econômica atraiu uma grande quantidade de capital estrangeiro e especulativo, totalmente desvinculados da produção de bens e serviços.

Os fracassos do ajuste neoliberal na Venezuela acentuariam fortemente a crise institucional que se prolongara durante anos no país desde o governo Carlos Perez e que levariam a duas tentativas de golpes de Estado em 1992. Nesse sentido, influenciada pela crise econômica, a conjuntura política da Venezuela mostrou-se perfeita para a vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, cujas “críticas ao neoliberalismo contribuíram de maneira decisiva para recolocar os assuntos relativos ao modelo de desenvolvimento no centro do debate nacional” (CÍCERO, 2010, p. 153). O programa de governo chavista foi o único que se opôs diretamente às políticas de abertura do setor petrolero para a exploração pelo capital privado.

No Peru, o modelo neoliberal passou a ser implantado, de modo mais efetivo, durante o governo de Alberto Fujimori (1990/2000), e com sua continuidade com os governos de Alejandro Toledo (2001/2006) e de Alan Garcia Pérez (2006/2011).

O longo período de governo de Alberto Fujimori pode ser dividido em três momentos distintos: o primeiro, dentro do marco democrático e constitucional, compreendido entre 1990, com a vitória nas eleições daquele ano, e 1992; o segundo, tem início com o auto-golpe de Estado em abril de 1992 e se estende até meados de 1996; por fim, o terceiro, denominado

de *fujimorismo tardio*, que começa com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica da Constituição, em agosto de 1996, abrindo o caminho para uma segunda reeleição, e que durou até a queda do regime (BARROS; HIRTNER, 2010, p. 148).

O pacote de ajuste neoliberal do governo Fujimori era composto por três estágios. O primeiro deles foi o programa de estabilização, de agosto de 1990, com o intuito de conter a inflação e normalizar o pagamento da dívida externa. O segundo correspondeu às reformas institucionais pró-mercado: a desregulação do sistema financeiro, a flexibilização das relações trabalhistas, as privatizações (possibilitando a entrada de capital estrangeiro) e o esforço para reduzir o déficit fiscal. Por fim, a reintegração do Peru no sistema financeiro internacional (SOTELO, 2005, p. 21).

A primeira e mais curta fase do governo Fujimori teve início com a campanha eleitoral, realizada em meio a uma crise generalizada, com índices inflacionários que chegariam a 7.600% no último ano de governo de Alan Garcia. A taxa de desemprego encontrava-se em níveis recordes, bem como a dívida externa do país que, em setembro de 1989, era de quase US\$ 18 bilhões (BARROS e HITNER, 2010, p. 147). Além disso, “aos problemas econômicos se somavam os problemas sociais, a corrupção, o desprestígio dos partidos políticos, além da ação do grupo Sendero Luminoso” (BARROS e HITNER, 2010, p. 147).

A eleição do candidato nipo-peruano foi pautada em um discurso de independência e que privilegiava a eficiência técnica, e que seria sintetizado em seu slogan de campanha, baseado em três palavras: “*honradez, tecnologia y trabajo*”. Sua expressiva vitória eleitoral foi possibilitada, porém, pela crise do sistema partidário tradicional peruano, que permitiu que um candidato independente chegasse ao poder.

Desde os primeiros anos de governo, Alberto Fujimori alinhou-se às políticas neoliberais, defendidas pelo Consenso de Washington e pelo FMI. Segundo Paulo Vizentini e Guilherme de Oliveira, em um artigo conjunto,

[...] além de uma liberalização do comércio, houve uma retomada no pagamento da dívida externa, o estímulo ao investimento estrangeiro, o controle de preços, a eliminação de subsídios e a privatização de empresas estatais. Dessa forma, Fujimori conseguiu reinserir o Peru no circuito financeiro internacional, recebendo, inclusive, ainda em 1990, a visita do então presidente do BID (Enrique Iglesias) e de representantes do Banco Mundial, numa reinauguração das conversações para restabelecer as linhas de cooperação econômica com o Peru (VIZENTINI e OLIVEIRA, 2012, p. 85-86).

Em 1991, foi formado um grupo de apoio, liderado pelos EUA e pelo Japão, do qual também faziam parte outros nove países, entre eles, Canadá, Alemanha, França, Holanda e

Itália. Esse grupo comprometeu-se com o auxílio financeiro com o Peru, tendo, por objetivo, permitir a renegociação da dívida externa peruana com países e instituições financeiras multilaterais.

O segundo período do regime fujimorista tem o seu início com o golpe de Estado dado pelo próprio Fujimori, em cinco de abril de 1992 e pelo aumento das prerrogativas militares por parte do presidente. O chamado “auto-golpe” – movimento apoiado pelas Forças Armadas peruanas – representou o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos constitucionais, instaurando um governo provisório.

O golpe ocorreu devido ao embate político ocorrido a partir do início de 1992 entre o presidente e o Congresso. Uma das motivações estava relacionada à aprovação de uma lei de controle do Executivo, que buscava restringir os atos normativos editados por Fujimori. A fragilidade dos partidos políticos e a legitimidade no plano interno e no cenário internacional de Fujimori, especialmente no combate à inflação e na enérgica repressão aos movimentos insurgentes, levariam ao auto-golpe e ao recrudescimento do autoritarismo no processo político peruano.

A dissolução do Parlamento, o fechamento do poder judicial e de órgãos de controle e a criminalização da oposição permitiram ao governo Fujimori acelerar o desenvolvimento de sua agenda, já pressionada pelos organismos financeiros internacionais, que queriam garantias sobre o pagamento da dívida, e pelo governo norte-americano, que exigia resultados no combate aos movimentos insurgentes. No dia seguinte ao golpe de Estado, o ministro da Economia, Carlos Boloña Behr, anunciaria a aplicação de um conjunto de reformas econômicas neoliberais.

Em maio de 1992, um mês após o golpe de Estado, o Congresso dissolvido deu lugar a uma Assembleia Constituinte, controlada por Fujimori. No ano seguinte, uma nova Constituição foi aprovada, dando uma aparência de legalidade ao regime, ao mesmo tempo em que tratava da consolidação dos princípios neoliberais como política de Estado no país. Ainda estavam previstas, na Constituição de 1993, a reeleição presidencial, a centralização do poder no Executivo e o reforço das prerrogativas militares, como a instituição da pena de morte para acusados de terrorismo.

A privatização foi uma das mais importantes ações da política neoliberal de Fujimori. Um mês depois da promulgação da Constituição de 1993, foram expedidos 923 decretos, entre eles, os que determinavam a privatização de empresas públicas de telefonia, eletricidade, petróleo, ferro e zinco (MARTÍNEZ, 2009, p. 68). A ineficiência do Estado e a necessidade de atrair investimentos serviram como propaganda para justificar as privatizações.

No primeiro governo (1990-1995), foram vendidas, entre outras, as seguintes empresas estatais: *Empresa Minera de Hierro Perú*; *Petromar*; *Compañía Peruana de Teléfonos ENTEL* (vendida em 1994 para a Telefonica Espanha por US\$ 1,39 bilhões); *Cementos Lima*; *Empresa de Distribución Eléctrica del Norte (Edelnor)*; *Empresa de Distribución del Sur (Edelsur)*; *Empresa Minera Especial Tintaya*; *Refinería de Zinc Cajamarquilla* e o *Banco Continental* (vendido em 1995 para o BBVA) (MARTÍNEZ, 2009, p. 68).

O pagamento da dívida externa também foi outro ponto central na política econômica neoliberal de Fujimori. Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte dos recursos oriundos das vendas das estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões (MARTINEZ, 2009, p. 69).

Com uma taxa de crescimento do PIB de 12,9% e uma diminuição da inflação para 15,4%, o Peru, na década de 1990, viveu o seu “milagre” econômico. Em 1995, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, apesar da alegação de que, com a nova Constituição, tinha exercido apenas um mandato.

Durante seu segundo mandato (1995-2000), Fujimori deu prosseguimento ao processo de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo do Estado peruano, vendendo novas empresas públicas dos setores de eletricidade, telefonia, metalurgia e mineração, entre elas: *Sider Perú S.A.*; *Petro-Perú Refinería La Pampilla* (comprada, em 1996, pelo consórcio formado pelas multinacionais *Repsol*, *YPF* e *Mobil*); *Acciones Telefónica del Perú SAT Minorista Local*; *Acciones Telefónica del Perú SAT Internacional*; *Empresa Metalúrgica de la Oroya* e a *Empresa Minera Mahr Túnel*. No total, durante o regime fujimorista, foram vendidas parcial ou totalmente 187 empresas públicas por um total de aproximadamente US\$ 7,54 bilhões (MARTINEZ, 2009, p. 70).

A terceira fase do regime fujimorista teve início em agosto de 1996, com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica, que regulamentou o artigo 122 da Constituição de 1993, permitindo a sua reeleição. Nesse período ocorreu a invasão à embaixada japonesa pelo Movimento Revolucionário *Tupac Amaru*, com mais de 500 reféns. Esse episódio acabaria dando uma nova oportunidade ao presidente de se fortalecer interna e externamente ao se mostrar uma liderança dura contra o terrorismo. O apoio midiático em relação ao “milagre” econômico, o sucesso no combate aos movimentos insurgentes, o apoio do capital financeiro e transnacional, beneficiados pelo pagamento da dívida externa e pela venda das empresas

estatais, criariam as condições necessárias para o prolongamento de Fujimori no exercício do poder no Peru.

Nas eleições de abril de 2000, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, obtendo 51% dos votos contra 49% de seu adversário, Alejandro Toledo, economista de ascendência indígena do partido Peru Possível (PP). Apesar da vitória, Fujimori sofreu uma grande derrota ao não obter a maioria parlamentar. A vitória nestas eleições, porém, deu-se através de um forte esquema de fraudes e corrupção, com compra de votos e intimidação (MARTINEZ, 2009, p. 72).

Dois meses depois de sua posse, em 14 de setembro, foi divulgado nos meios de comunicação um vídeo do deputado Luis Alberto Kouri, membro do Partido Popular Cristiano, recebendo a quantia de 15 mil dólares das mãos do assessor de Fujimori, Vladimiro Montesinos, para que trocasse de partido e, assim, formar a maioria parlamentar para serem votados os projetos de interesse do governo no Congresso Nacional. Depois deste episódio, gravações do mesmo tipo, com Montesinos realizando a mesma ação no Serviço de Inteligência Nacional, foram divulgadas. Nelas estavam contidas reuniões com dirigentes políticos e empresários, com pagamento de suborno de milhares de dólares (UGARTECHE, 2004).

Tais escândalos políticos levaram Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Aproveitando-se de uma viagem à Ásia, Fujimori desembarcou no Japão, onde renunciou ao cargo de presidente, pedindo asilo político. O Congresso não aceitou a sua renúncia e o destituiu do cargo de presidente do Peru por “incapacidade moral”. O presidente do Congresso, Valentín Paniagua, assumiu, então, um governo de transição até 2001.

No caso peruano, o neoliberalismo foi implantado com base no desmonte das regras do sistema da democracia liberal. Exemplos deste processo foram o auto-golpe de Estado de 1992, as privatizações mediante decretos, a corrupção de importantes setores do Estado, as fraudes eleitorais que permitiram a sua reeleição, a violência utilizada na repressão contra a população indígena e os movimentos insurgentes.

Um dos exemplos de mais radicais de implantação do modelo neoliberal na América Latina refere-se ao caso da Argentina, mais particularmente, ao período correspondente aos dois governos de Carlos Saul Menem (1989-1999). O peronista Menem ascendeu ao poder com um discurso populista, defendendo, em sua campanha eleitoral, o “salariato” e uma

“revolução produtiva”⁶, mas logo “mostrou que sua política econômica se alinharia com os postulados do Consenso de Washington e seguiria os conselhos do FMI e outros organismos financeiros internacionais” (RAPOPORT, 2009, p. 43). Assim, Menem passou a adotar o monetarismo da Escola de Chicago, vinculando os argentinos aos interesses do capitalismo neoliberal.

Em julho de 1989, Carlos Menem ascende ao poder, tendo sido eleito dois meses antes pelo Partido Justicialista (PJ). Seria a primeira vez, desde o ano de 1916, que um presidente passava o seu cargo para um candidato de oposição no país.

O novo presidente argentino logo articulou uma estreita relação com os EUA, fato que desagradou os setores mais tradicionais do peronismo. A aproximação com os interesses do grande capital ficaria ainda mais evidente quando Menem nomeou primeiramente Miguel Roig e, depois de sua morte, Néstor Rapanelli, para ocuparem o cargo de ministro da Economia. Roig e Rapanelli eram, respectivamente, vice-presidente executivo geral e vice-presidente do grupo multinacional do ramo de alimentos *Bunge y Born*, considerado uma das corporações mais poderosas e influentes da Argentina. Pouco depois, Maria Julia Alsogaray foi nomeada para conduzir os processos de privatização no país. Maria Julia era filha de Álvaro Carlos Alsogaray, economista, político, empresário e um dos principais intelectuais do neoliberalismo na Argentina.

A política econômica de Menem se desenvolvia, então, no cenário crítico deixado pelo governo Alfonsín, marcado pela alta da inflação e pela instabilidade macroeconômica. A solução adotada por Menem para o controle inflacionário seria, portanto, o alinhamento quase que incondicional com a agenda de reformas propostas pelo Consenso de Washington e pelos organismos financeiros internacionais, entre eles o FMI, gestor da dívida argentina, e o Banco Mundial, financiador de vários projetos do ajuste neoliberal em curso no país na década de 1990.

Com pouco menos de vinte dias de governo, Menem conseguiu a aprovação de duas leis que dariam início, de maneira mais concreta, ao processo de reformas neoliberais pelo qual passaria a Argentina na década de noventa: a Lei de Reforma do Estado⁷ e a Lei de Emergência Econômica⁸.

⁶ O “salariazio” prometia recuperar a renda e o poder aquisitivo do trabalhador argentino e a “revolução produtiva” intencionava o crescimento da estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico do país.

⁷ A Lei nº 23.696, promulgada em 18 de agosto de 1989, dizia respeito à reforma administrativa do Estado argentino. A lei colocava em “estado de emergência” autarquias, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, entidades financeiras e bancos públicos, e demais instituições com participação majoritária de capital estatal. Esta lei garantiria ao poder federal a intervenção em qualquer instituição pública, com exceção

Como já foi mencionado, Menem nomeou como ministro da Economia Miguel Roig, empresário do grupo Bunge y Born, a quem coube a tarefa de colocar em prática o chamado *Plano Bunge y Born*, ou simplesmente, Plano BB. Entretanto, com o falecimento de Roig, Néstor Rapanelli, também executivo ligado ao grupo Bunge y Born, passou a ocupar o cargo por um curto período, logo sendo substituído por Antonio Ermán González.

As medidas adotadas pelo Plano BB não apresentavam grandes diferenças em relação a outras medidas já tentadas por planos econômicos anteriores e consistiam, basicamente, no controle dos preços, desvalorização monetária, suspensão por seis meses de todos os subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações, controle dos gastos públicos, além da compressão dos salários das classes trabalhadoras. Contudo, com menos de seis meses após o lançamento do plano, já era possível observar uma grande desvalorização do austral em relação ao dólar. Dessa forma, a recessão econômica se agravou e a hiperinflação não pode ser controlada.

Após o fracasso do *Plano Bunge y Born*, em dezembro de 1989, foi adotado o *Plano Bonex*⁹. O novo plano foi articulado pelo então ministro da Economia, Ermán Gonzalez, juntamente com conselheiros de bancos credores e de Álvaro Alsogaray, figura emblemática do pensamento neoliberal na Argentina. O *Plano Bonex* baseava-se na elevação das taxas de juros a níveis acima da inflação e na reestruturação compulsória da dívida pública, trocando os depósitos a prazo nos bancos por títulos dolarizados (bônus externos) com prazo de resgate de dez anos (VIANINI, 2012, p. 29).

Inicialmente, o Plano Bonex se revelou bem sucedido, uma vez que os preços ficaram mais acessíveis ao consumidor final, conseguindo, assim, conter o processo inflacionário. Contudo, ao ser retomado o pagamento da dívida externa argentina com o FMI, a hiperinflação de finais dos anos 80, retornou com grande intensidade, provocando uma fortíssima recessão econômica. O desgaste político decorrente do quadro de recessão econômica e do agravamento da dívida externa levou à queda de Ermán Gonzalez e à ascensão de Domingo Felipe Cavallo ao cargo de ministro da Economia, em abril de 1991 (ROMERO, 2006, p. 258).

das entidades de ensino superior. Com isso, a Lei de Reforma do Estado viabilizou as concessões e privatizações de empresas estatais por meio de decretos presidenciais.

⁸ A Lei nº 23.697, promulgada em 15 de setembro de 1989, decretava a suspensão de subsídios, subvenções e dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central. A Lei de Emergência Econômica também garantiu a igualdade de tratamento em relação ao capital estrangeiro, abrindo a possibilidade de sua participação nos processos de privatização.

⁹ Bonex era a sigla de *bonos externos*.

Domingo Cavallo, economista de formação ortodoxa, obtida na universidade de Harvard, iniciou a sua atuação como funcionário do governo, em 1982, e foi o responsável pela implantação de um ambicioso e inédito plano econômico de controle da inflação. O chamado Plano de Conversibilidade, aprovado em abril de 1991, transformou a antiga moeda argentina, o austral, em peso, e estabeleceu a sua paridade com o dólar. A confiança no novo plano econômico residia no fato de que a população argentina em geral poderia trocar pesos por dólares a qualquer momento, em que um peso valia exatamente um dólar. Além do regime de paridade cambial com o dólar, foi estabelecida uma redução geral das tarifas protecionistas, concretizando, assim, a abertura econômica do país ao capital estrangeiro.

Para tranquilizar os investidores externos, em abril de 1992, o governo argentino aderiu ao *Plano Brady*¹⁰. O Estado aumentou a arrecadação de impostos e recebeu uma quantidade expressiva de empréstimos e investimentos estrangeiros. Entre 1991 e 1994, ingressou na economia argentina uma expressiva quantidade de dólares.

Em 1994, o PIB argentino era três vezes superior ao seu valor em 1989, quando o governo Menem teve o seu início. O crescimento econômico também refletiu no PIB per capita. Em 1989 o seu valor era de US\$ 2.392. No ano seguinte, passou a ser de US\$ 4.350 e, em 1994, este índice alcançou o valor de US\$ 7.501 (VIANNI, 2012, p. 33). O Plano de Conversibilidade de Domingo Cavallo também foi o responsável pelo fim da hiperinflação que atingia a economia argentina em 1989/1990¹¹.

Paralelamente ao Plano de Conversibilidade, o ajuste neoliberal na Argentina passou por uma série de medidas que incluíam a abertura comercial e financeira do país ao capital estrangeiro, a redução da proteção tarifária e alfandegária, o fortalecimento da previdência social privada, a redução dos investimentos públicos, principalmente nos setores sociais e o aumento do desemprego. Ao mesmo tempo, iniciou-se um dos mais amplos e radicais programas de privatização da América Latina, numa clara demonstração de alinhamento incondicional com o programa neoliberal. As privatizações, realizadas com o discurso oficial de equilibrar as contas públicas, acabaram por transferir uma parcela significativa dos investimentos em estruturas de uso público para o setor privado.

Uma das primeiras empresas a serem privatizadas pelo governo Menem foi a *Empresa Nacional de Telecomunicaciones* (ENTel), estatal do setor de telecomunicações, fundada em 1946, durante o governo Perón.

¹⁰ O *Plano Brady* é o nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de países em desenvolvimento – especialmente da América Latina – lançado em 1989, pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady.

¹¹ Em 1989 e 1990 a inflação na Argentina atingiu o índice de 3.058% e 2.077%, respectivamente. Em 1991, a inflação foi de 133% e, no ano seguinte, de 12%.

No processo de privatização, saíram vencedoras para o serviço de telefonia fixa, o grupo *Telefónica de Argentina*¹², que passou a ser responsável pelos serviços da região sul e o grupo Telecom Argentina, responsável pelos serviços da região norte. Como explica Cecília Senén Gonzalez, "os consórcios ganhadores ficaram constituídos por uma operadora estrangeira, um grupo econômico de capital nacional e um banco credor da dívida externa argentina" (SENÉN GONZALEZ, 1998, p. 204).

Após a venda da ENTel, os grupos privados vencedores do processo de licitação iniciaram um "profundo e acelerado processo de transformação nas condições e relações de trabalho", estabelecendo programas de demissão "voluntária" e "aposentadorias antecipadas" (CAMPINHO, 2010, p. 30-31). A política de demissão dos novos controladores da ENTel levaria a uma drástica redução no número de empregos da empresa. Em 1990, pouco antes de ser privatizada, a empresa possuía cerca de 40 mil funcionários. Dez anos depois, a Telefónica tinha cerca de 10 mil e a Telecom 14 mil. Ou seja, nada menos do que 16 mil trabalhadores perderam seus empregos após a privatização.

Na mesma época, foram vendidas a estatal do setor aéreo, *Aerolíneas Argentinas*, as empresas petroquímicas *Polisur*, *Petropol*, *Induclor* e *Monómeros Vinílicos*, a petroleira *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), a companhia *Gas del Estado*, as usinas atômicas de Atucha I e II, empresas de água e esgoto, correios, cerca de 10.000 quilômetros de rodovias para serem exploradas através da cobrança de pedágio, bancos, além de diversos canais de televisão.

No período de 1990 a 1998, o governo vendeu US\$ 20 bilhões de empresas estatais, sendo que 60% para grupos estrangeiros. As receitas obtidas com a venda de empresas estatais alcançaram cerca de 10% do PIB, entre 1988 e 1997 (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 491).

O governo Menem também introduziu importantes mudanças na legislação trabalhista. Em 1991 foi aprovada a Lei Nacional do Emprego, que permitia contratos temporários de trabalho, chamados de "*basura*", nos quais os empregadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas. Tal medida enfraqueceu enormemente a capacidade de negociação dos sindicatos. Além disso, foi aprovado em 1993 o chamado "*sistema de pasantías*", que permitia o trabalho de estudantes (*pasantes*) em condições precárias, com um contrato sem praticamente nenhum tipo de encargo trabalhista e salários muito abaixo do conjunto da categoria (NEUTZLING, 2008, p. 13).

¹² O grupo *Telefónica de Argentina* era liderado pelas seguintes empresas: *Telefónica de España*, *Citibank*, *Techint* e *Perez Companc*. Estes dois últimos eram grupos de capital nacional argentino.

Apesar do sucesso inicial do Plano de Conversibilidade de Menem e Cavallo, contudo, em pouco tempo o modelo econômico argentino começou a revelar alguns desequilíbrios. O primeiro deles foi o grave desemprego que afetou os trabalhadores argentinos, especialmente por conta das privatizações e também em razão da política de abertura econômica, que levou ao fechamento, no país, de pequenas e médias empresas que não tinham condições de concorrer com os produtos importados.

Em 1989, o desemprego afetava em torno de 7% da população argentina. Em 1994, este índice saltou para 12%. Além disso, a abertura do mercado nacional e a supervalorização da moeda, por conta da política de paridade cambial em relação ao dólar, provocaram um enorme prejuízo na balança comercial, passando de um superávit de US\$ 12 bilhões no período 1990/1991, para um déficit de quase US\$ 10 bilhões no período 1992/1994.

Outro grande desequilíbrio do Plano de Conversibilidade foi o aumento da dívida externa argentina que, em 1994, alcançou US\$ 86 bilhões, praticamente o dobro do valor registrado três anos antes (FERRER, 2006, p. 261). As contas fiscais também se deterioravam, em especial, devido às reformas da previdência e do serviço da dívida externa, pois “ao se transferir às entidades privadas a responsabilidade pela arrecadação, enquanto os benefícios ficavam ao cargo do poder público, o Estado argentino entrou num período deficitário alarmante” (VIANINI, 2012, p. 33).

Com efeito, a partir de 1994, o cenário externo começou a se tornar desfavorável, especialmente após a decretação da moratória da dívida externa pelo governo mexicano e do “efeito tequila”. O clima de instabilidade econômica e de desconfiança por parte dos investidores estrangeiros se espalhou pelos diversos países da América Latina que haviam adotado políticas econômicas neoliberais, levando a uma fuga maciça de capitais. Na Argentina, a crise somente foi controlada a partir de um empréstimo de socorro financeiro do FMI e do governo dos EUA.

Numa tentativa de contornar a crise, o ministro Cavallo aprofundou o ajuste neoliberal na Argentina, lançando no país um novo pacote de medidas, “através da qual, novas privatizações foram realizadas, atingindo desta vez as centrais nucleares e os Correios, e um severo corte ao repasse para as províncias foi feito” (VIANINI, 2012, p. 34). Além disso, o governo Menem realizou cortes no orçamento, reduziu salários do funcionalismo público e aumentou impostos.

Porém, já a partir de 1996, a variação do PIB argentino começava a apresentar forte oscilação. O baixo índice de inflação, por sua vez, era um indicador da perda de poder aquisitivo por parte da população economicamente ativa. Somava-se a isso o fato de que a

entrada no mercado interno de produtos de tecnologia avançada, computadores, telefones celulares, calçados, entre outros, levaria a economia argentina à perda da sua capacidade de exportação. O país começava a entrar, novamente, em um quadro de recessão. A partir daí, inúmeros protestos se multiplicaram, ganhando as ruas das principais cidades do país, levando, em 1996, o ministro da Economia, Domingo Cavallo, a deixar o governo.

Para completar o quadro de crise, em 1997, os países asiáticos enfrentaram uma crise cambial e desvalorizaram as suas moedas. No ano seguinte, foi a vez da Rússia decretar a moratória de sua dívida externa. Esse quadro de instabilidade levou os investidores estrangeiros a retirarem os recursos investidos no exterior, tal como já haviam feito em 1994, com a crise mexicana. Em 1999, o Brasil também desvalorizou o câmbio, o que acabou deteriorando ainda mais o saldo comercial argentino.

Em 1999, a dívida externa argentina atingia quase US\$ 150 bilhões, dos quais 60% correspondiam à dívida pública e 40% à dívida privada. A crise social, no final da década de 1990, atingiu níveis insuportáveis, com a taxa de pobreza chegando à 30%.

Fernando de La Rúa, com apoio da UCR e de partidos de esquerda, venceu as eleições presidenciais, em 1999, derrotando o peronista Eduardo Duhalde. O sistema de conversibilidade foi mantido com o objetivo de diminuir as pressões sobre o câmbio, cortando gastos públicos e aumentando impostos. Em 2001, Domingo Cavallo voltou para o Ministério da Economia na tentativa de salvar o Plano de Conversibilidade, “afetado não só pela defasagem cambial, como pela desconfiança dos agentes econômicos e pela fuga de capitais, que no mesmo ano atingiu 20 bilhões de dólares” (NEUTZLING JR, 2008, p. 18). A ocorrência de inúmeras manifestações e protestos levou Fernando de La Rúa à renúncia, em 21 de dezembro de 2001. Era o fim do Plano de Conversibilidade da era Menem.

Considerações finais

Segundo José del Pozo, a década de 1990 marcou o início de uma nova etapa na história da América Latina, na qual “los países latinoamericanos comenzaron a orientarse según los principios básicos del liberalismo, donde la empresa privada, ya sea nacional o extranjera, es el motor de la economía” (POZO, 2009, p. 261). A partir de então, diferentes governos da região realizaram ajustes na economia alinhados com o receituário neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington. Ao longo do artigo, procuramos destacar aqueles países que passaram por um processo mais aprofundado de implantação de reformas neoliberais, como os casos boliviano, mexicano, venezuelano, peruano e argentino, além do

emblemático caso chileno durante a ditadura Pinochet, pioneiro na transformação da doutrina neoliberal em programa de governo. Naturalmente, devemos considerar os ajustes neoliberais nos outros países da região (Equador, Uruguai, Colômbia, Brasil, etc., além dos diversos países da América Central e Caribe). Contudo, os limites deste artigo nos impediram de uma análise mais aprofundada e ampliada destes casos.

Após um período de ruptura com ortodoxia neoliberal a partir da ascensão, no limiar do século XXI, de governos como os de Hugo Chávez (Venezuela), Néstor Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e de José Mujica (Uruguai), a América Latina parece, novamente, dar uma guinada à direita. Apesar da recente vitória de Lenín Moreno no Equador, derrotando o banqueiro Guillermo Lasso, as também recentes vitórias eleitorais de Pedro Pablo Kuczynski, no Peru, e de Mauricio Macri, na Argentina, além da derrota parlamentar na Venezuela, do revés do referendo na Bolívia e do golpe em curso no Brasil desde 2016, apontam para a possível retomada de um novo ciclo neoliberal na região. O futuro, contudo, ainda parece incerto.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. *Revista Oikos*, vol. 37, nº 2, p. 143-164, 2010.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações na Argentina e suas consequências para os trabalhadores. In: *ANAIS DO IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, Londrina, 2010, p. 28-37 (Anais eletrônicos).

CEPAL. *Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999*. Santiago: CEPAL, 2004.

CHAVEZ, Gonzalo. Macroeconomía de la privatización en Bolivia. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/132561124/Macroeconomia-de-la-Privatizacion-en-Bolivia-GONZALO-CHAVEZ>>, acessado em 07 jun 2017.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga – Estudos Marxistas*, nº 3, p. 19-46, 1997.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Transformar o Gigante num Pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998). *Anos 90*, vol. 17, nº 32, 137-157, 2010.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. *Ameríndia*, vol. 4, nº 2, p. 1-19, 2007.

HALPERIN, Tulio Donghi. *Historia contemporánea de América latina*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.

LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2006.

LIRA, Francisco Roberto Fluentes Tavares de. Do Socialismo ao Neoliberalismo: o Chile nos anos 1970. *Vitrine da Conjuntura*, vol. 3, nº 6, p. 1-9, agosto, 2010.

MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio em el Régimen Fujimorista. *HAOL*, nº 19, p. 65-75, (primavera, 2009).

MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chaves em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, nº 2, p. 135-146, 2002.

NEUTZLING JR, João. Argentina: crise e ressurreição. *Análise*, vol. 19, nº 1, p. 4-27, jan/jun, 2008.

POGGI, Tatiana. A Grande Virada: a crise do reformismo e o avanço do conservadorismo nos Estados Unidos em fins do século XX. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2012.

POZO, José del. *Historia de América Latina y el Caribe. Desde la Independencia hasta hoy*. Santiago: DOM Ediciones, 2009.

RAPOPORT, Mario. Argentina: economia e política internacional. Os processos históricos. *Revista DEP – Diplomacia, Estratégia & Política*, nº 10, p. 27-51, out/dez, 2009.

ROCHA, Maurício Santoro. A Outra Volta no Bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 - 2006). In: ROCHA, Maurício Santoro; CÂMARA, Marcelo Argenta; SEGABINAZZI, Alessandro. *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 12-64.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEGUEL, Matías Calderón. *La Trayectoria Del capitalismo Neoliberal en Chile*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/69960.pdf>>, acessado em 20 nov 2017.

SENEN GONZALEZ, Cecilia. Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina. In: CASTRO, Maria Silvia Portella de; WACHENDORFER, Achin (orgs.). *Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción em un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998, p. 197-223.

SIMÕES, Roberto Alves. *Luta de classes na Venezuela: superação da pobreza ou a possibilidade de sua intensificação?* Disponível em: <<http://www.congressonucleas.com.br/trabalhos/Roberto%20Alves%20Sim%C3%B5es.pdf>>., acessado em 18 nov 2017.

SOTELO, Jorge Ortiz. *Peru e sua inserção em um mundo global*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

UGARTECHE, Oscar. *¿Democracia y mercado?* Disponível em: <http://www.andes.missouri.edu/andes/Especiales/OU_AdiosEstado.html>, acessado em 27 set 2017.

VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists: the Chicago School in Chile*. New York: Cambridge University Press, 1995.

VARGAS, Carlos Arze. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: Fin de la era neoliberal en Bolivia? In: *Cuadernos del CENDES*, maio-agosto, 2004.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica da Argentina: 1989-2007*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do projeto de integração da América do Sul. *Revista Conjuntura Austral*, vol. 3, nº 13, p. 94-102, 2012.

Recebido em: 12/09/2017

Aprovado em: 05/12/2017